

A FORMAÇÃO DA BASE ECONÔMICA NO PARANÁ: UM TEXTO CRÍTICO

*The formation of the economic base in Paraná State in Brazil: a
critical paper*

*La formación de la base económica en Paraná, Brasil: un texto
crítico*

DOI: 10.48075/igepec.v28i1.32663

Moacir Piffer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo

A FORMAÇÃO DA BASE ECONÔMICA NO PARANÁ: UM TEXTO CRÍTICO

La formación de la base económica en Paraná: un texto crítico

The formation of the economic base in Paraná State: a critical paper

Moacir Piffer¹

Resumo: Esse texto discute a formação do espaço econômico paranaense e sua relação com as atividades de base econômica ou exportação. A análise segue uma visão institucionalista a partir da teorização de Douglass North. A análise também se embasa em Pedro Calil Padis, por fazer um retrospecto eficaz dos primórdios do Paraná até o final dos anos 1960. Se parte do princípio de que várias economias regionais que surgiram no Brasil estavam em condições periféricas. O termo “periférico” é devido ao fato de a economia de cada uma dessas regiões ou Estados estar subordinada ao centro dinâmico do país devido a vários fatores, dentre eles a transferência de capital, fazendo com que o Paraná, com sua economia cafeeira, subsidiasse a indústria paulista.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; economia paranaense; economia regional; institucionalismo.

Abstract: *This paper discusses the formation of the economic space of Paraná State and its relationship with economic-based activities or exports. The analysis follows an institutionalist vision based on Douglass North's theorization. The analysis is also based on Pedro Calil Padis, for making an effective retrospective of the beginnings of Paraná State until the end of the 1960s. It is based on the principle that several regional economies that emerged in Brazil were in peripheral conditions. The term “peripheral” is since the economy of each of these regions or states is subordinated to the dynamic center of the country due to several factors, including the transfer of capital, causing Paraná, with its coffee economy, to subsidize the São Paulo industry.*

Key words: *Regional development; economy of Paraná State; regional economy; institutionalism.*

Resumen: *Este texto analiza la formación del espacio económico de Paraná y su relación con las actividades de base económica o de exportación. El análisis sigue una visión institucionalista basada en la teorización de Douglass North. El análisis también se basa en Pedro Calil Padis, por hacer una eficaz retrospectiva de los inicios de Paraná hasta finales de la década de 1960. Se basa en el principio de que varias economías regionales que surgieron en Brasil se encontraban en condiciones periféricas. El término “periférico” se debe a que la economía de cada una de estas regiones o estados está subordinada al dinámico centro del país debido a varios factores, entre ellos la transferencia de capitales, lo que hace que Paraná, con su economía cafetera, subsidie la industria paulista.*

Palabras clave: *Desarrollo regional; economía de Paraná; economía regional; institucionalismo.*

¹ Professor dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e Economia (PGE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: Moacir.piffer@unioeste.br

INTRODUÇÃO

Há três períodos na história econômica do Paraná. No primeiro deles, ocorreu a criação do Estado no século XIX. O segundo, já no início do século XX, marcou a ocupação das áreas de fronteira agrícola, a conquista definitiva do espaço e a formação dos núcleos urbanos polos no interior do Estado. Esse período, que começou em 1930, vai até 1970, com o esgotamento da fronteira agrícola. A partir de 1970 iniciou o terceiro período, que marcou a industrialização e a reorganização espacial da economia paranaense com o atual perfil polarizador. Essa periodização também está relacionada com a dinâmica da economia brasileira, pois, na história econômica do Paraná, há a figura dos pioneiros, mas também da intervenção do Estado brasileiro e da necessidade de transformar espaços “vazios” em espaços produtivos efetivamente integrados à economia nacional. A compreensão da importância da economia brasileira e a sua dinâmica de desenvolvimento são expostas, entre outros autores, nas interpretações de Cano (1981) e de Diniz e Lemos (1990).

No final do século XIX e início do século XX, o Paraná se integra à articulação comercial e produtiva brasileira através do fornecimento de muares, de erva-mate e de madeira. O Estado forma-se numa estrutura primário-exportadora, suprimindo os centros compradores da Região Sudeste do Brasil, especialmente Minas Gerais e São Paulo.

No início do século XX, essa articulação não acaba, mas muda de perfil. O esgotamento dos ervais e a abundância de terras férteis estimularam a expansão da lavoura cafeeira em território paranaense. Esse movimento é fortalecido pelo excesso de contingente populacional na Região Sudeste, que será estimulado a procurar trabalho e terras produtivas no espaço paranaense. Inicialmente, isto marca a ocupação das mesorregiões Norte Central e Norte Pioneiro do Paraná. Da mesma forma, a mobilidade da fronteira agrícola atraiu uma população oriunda de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas em direção às mesorregiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul paranaense (ALVES et al, 2006).

No século XX, a estrutura produtiva estimulada pela dinâmica da economia brasileira estabeleceu no Paraná uma dinâmica diferenciada, tanto pelo fortalecimento das atividades de base como pela expansão das atividades não-básicas. Essa dinâmica diferenciada será importante na capitalização da estrutura produtiva local. Os excedentes gerados pela cafeicultura e, mais tarde, pela produção de soja, de milho, de trigo e pela pecuária, serão reinvestidos na industrialização, que se acelera a partir dos anos 1970. Essa industrialização foi fortalecida pela ação do governo brasileiro e as tendências de desconcentração da economia nacional.

Frente a essas constatações, esse ensaio discute a formação do espaço econômico paranaense e sua relação com as atividades de base econômica ou exportação. A análise segue uma visão institucionalista a partir da teorização de Douglass North. A análise também se embasa em Pedro Calil Padis (1981), com a sua obra *Formação de uma Economia Periférica: o caso Paraná*, por fazer um retrospecto eficaz dos primórdios do Paraná até o final dos anos 1960. O autor parte do princípio de que várias economias regionais que surgiram no Brasil estavam em condições periféricas. O termo “periférico” é devido ao fato de a economia de cada uma dessas regiões ou Estados estar subordinada ao centro dinâmico do país, isto é, subordinada a São Paulo, devido a vários fatores, dentre eles a forma de acumulação e transferência de capital, o que fez com que o Paraná, através da sua economia cafeeira, subsidiasse a indústria paulista.

2 – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO DO PARANÁ

Na primeira metade do século XX, Padis (1981) afirma o domínio de São Paulo sobre o Paraná, mais especificamente sobre a Região Norte do Estado do Paraná, que, apesar da dinâmica da economia cafeeira, não conseguiu fazer surgir as atividades industriais. A demanda paranaense por produtos industriais estava sendo satisfeita pela indústria paulista e esta, por sua vez, demandava produtos alimentares e matérias-primas para as suas indústrias.

Padis (1981) delimita o Paraná em três regiões²: o Paraná Tradicional – corresponde às primeiras regiões ocupadas, ou seja, Litoral e Campos Gerais, cuja história remonta aos séculos XVII e XVIII. Porém, nessa divisão deve-se incluir o Oeste, o Sudoeste, o Norte Central e o Noroeste paranaense como a região do “Paraná Novo”, pois a sua ocupação foi recente, em meados do século XX. Vincula-se aos Campos Gerais a mineração, o tropeirismo, a erva-mate, a madeira e a imigração europeia; o Paraná Tradicional, capitaneado pela Região Norte Pioneiro, localizada no Paraná Tradicional, é considerada como um prolongamento da economia paulista, sua ocupação foi por mineiros e paulistas cuja principal atividade foi a cafeicultura; as Regiões Oeste e Sudoeste, no Paraná Novo, teve a ocupação estimulada por problemas demográficos e econômicos que atingiram o Rio Grande do Sul (RIPPEL, 2022). Os colonizadores gaúchos mantinham os seus vínculos (costumes e tradições) e as atividades desenvolvidas eram as lavouras brancas (soja e trigo), consequência da modernização da agricultura influenciada por uma política favorável aos produtos de exportação iniciada na década de 1960, cujo fenômeno da intensa modernização na agricultura ocorreu de forma acelerada na Região Oeste do Paraná, a partir da década de 1970.

A Mesorregião Oeste é mais ou menos intermediária entre a Região Norte e a Sudoeste do Paraná. Ela se limita, a noroeste, com o Estado do Mato Grosso do Sul, a oeste com o Paraguai e a sudoeste com a Argentina e, dentro do Estado do Paraná, ao norte com a Região Noroeste, ao sul com a Região Sudoeste e, a leste, com a Região dos Campos de Guarapuava.

A Mesorregião Sudoeste do Paraná, para Padis (1981, p. 147), é a parte compreendida por 63 municípios encravados numa área de aproximadamente 66,5 mil km², ou seja, 3,4% do total do Estado. Essa região confunde os seus extremos (Oeste, Sudoeste e Sul) com os do próprio Estado. Ao norte, limita-se com a Mesorregião Norte Central e, a leste, os seus confins são com a região chamada de Paraná Velho ou Mesorregião Norte Pioneiro. A sua ocupação esteve associada à imigração de pessoas de outros Estados, especialmente de gaúchos, que migraram devido à crise gerada naquele Estado e por catarinenses.

Nos últimos anos da década de 1950, começou a implantação de um sistema viário, ainda limitado, mas que irá estimular o fim do isolamento social e econômico da região e estabelecer os seus primeiros vínculos com o subsistema paranaense e, mais tarde, vincular-se com outras regiões e Estados, principalmente com São Paulo. A partir de 1960/62, para Padis (1981, p. 175), o Sudoeste paranaense começou a surgir como região de significação econômica.

Nota-se que a ocupação do território do Estado do Paraná, segundo Padis (1981), se deu lentamente, de forma descontínua e quase exclusivamente em função de estímulos externos, quer sejam nacionais ou internacionais. O trabalho desenvolvido

² Essa regionalização é diferente da divisão mesorregional elaborada pelo IBGE e que será descrita na seção metodológica.

por Padis (1981) apresenta-se como uma visão tradicional da formação econômica do Paraná, tratando o Estado como uma economia periférica e dependente, isto é, a sua expansão corresponde a estímulos do polo paulista, em que este demanda matérias-primas e produtos alimentares à sua industrialização.

Há trabalhos que surgiram como análises alternativas ou como crítica ao trabalho de Padis (1981), como Augusto (1978) e Leão (1989). Estes autores procuram desmistificar a ideia de que o Paraná era o grande importador de São Paulo. Rejeita a ideia do Paraná periférico, dependente e explorado pela economia paulista, argumentando que não existem regiões que exploram regiões, mas é a própria indústria que subordina a agricultura através das relações de troca, isto é, algo inerente à dinâmica do capital na busca incansável de reprodução. Ou seja, não há uma relação periférica, mas de expansão do desenvolvimento capitalista.

A análise de Padis (1981) está relacionada ao período anterior a 1970, no processo de ocupação do Estado do Paraná. As críticas de Augusto (1978) e de Leão (1989) já têm os anos 1970 como referencial. A inserção da economia paranaense na economia nacional muda a partir da década de 1970, com o esgotamento da fronteira agrícola. Não obstante as críticas feitas, os estudos corroboram a ideia de que a base de exportação foi o motor da economia paranaense no início do século XX. De certa forma, este estudo retoma a questão da base de exportação a partir dos anos 1970, principalmente estimulada pela dinâmica nacional.

3 – O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ E A BASE DE EXPORTAÇÃO

O Estado do Paraná está vinculado às grandes decisões e às organizações do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o qual penetrou no país de forma abrupta no início da década de 1970, modificando as relações de produção e as forças produtivas regionais e reestruturando e inovando o funcionamento dos setores de transporte, de comunicação, bancos e créditos, serviços de apoio à produção, lojas, supermercados, escritórios e unidades produtivas, etc.

O crescimento econômico paranaense e o seu desenvolvimento implicaram o aparecimento de novas atividades nas regiões, atividades essas vinculadas especialmente à demanda dos grandes centros urbanos brasileiros. Nesse sentido, os recursos do crédito rural e a renda gerada pela agricultura criaram um encadeamento de unidades produtivas e de comercialização interligadas com o mercado nacional e regional, impondo um determinado processo de produção espacial na região.

A nova relação de produção e de mercantilização das mercadorias oriundas da base de exportação da região estava articulada com a dinâmica do padrão de desenvolvimento do capitalismo nacional, graças ao desenvolvimento necessário das trocas (vendas) dos produtos de exportação que cresceram e se difundiram para outros setores da economia paranaense.

Essa situação se deu no Estado do Paraná e, de forma mais nítida, no espaço das suas regiões internas, da mesma forma que North (1961, 1977) sustenta que a expansão das atividades de base que determina a taxa de crescimento econômico regional. No início do processo essas atividades dependem da agricultura e sua capacidade de ampliar produtividade. Padis (1981, p. 170-171) afirma que, “[...] em razão da boa qualidade dos solos e da superação do nível de autoconsumo, as unidades agrícolas começaram a ver surgir um excedente de produção que podia ser comercializado”. A rápida transformação que ocorreu na agricultura regional possibilitou a consolidação

da base de exportação do Paraná na década de 1970, a renda agrícola gerada se elevou e se encadeou para outros setores.

As transformações ocorridas na base econômica regional pressionaram o setor de serviços (comércio) a modernizar-se para responder mais adequadamente às necessidades das novas formas de organização produtiva (ou empresarial). Isso quer dizer que a estrutura comercial tradicional da região não respondia mais aos esquemas de comercialização necessários para o nível de desenvolvimento dessa escala de produção agrícola modernizada. O volume de produção agrícola regional, acrescido pela penetração de equipamentos mecânicos e insumos industriais, promoveu a reestruturação da comercialização em geral. Essa penetração de máquinas e implementos agropecuários é ilustrada na Tabela 1.

Tabela 1 - Total de tratores e implementos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários das mesorregiões do Paraná (1970 – 1995)

MESORREGIÃO	1970	1975	1980	1985	1995
Centro Ocidental PR	1426	5334	8465	10645	12148
Centro Oriental PR	1434	3088	4913	5516	7328
Centro-Sul PR	851	2252	4297	5192	6902
Metropolitana de Curitiba	786	1681	3942	4900	7929
Noroeste PR	1307	3711	6085	8199	9994
Norte Central PR	5568	13640	17947	22100	25305
Norte Pioneiro PR	4761	8280	10430	12665	13074
Oeste PR	1725	10216	16247	20667	22985
Sudeste PR	381	1310	3076	3981	6945
Sudoeste PR	380	2986	6325	7481	9217
Total Paraná	18.619	52.498	81.727	101.346	121.827

Fonte: IBGE e Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995).

Pela Tabela 1 nota-se que houve o aumento dos maquinários em todas as mesorregiões paranaenses. Os maiores aumentos em valores absolutos foram no Norte Central (354,47%) e no Oeste (1.232,46%). No total, o número de tratores e implementos agrícolas se expandiu no Estado do Paraná em torno de 20,77% e 18,86%, respectivamente. Essa modernização na agricultura estimulou a expansão da produção.

Paralelamente à expansão do número de máquinas e de equipamentos, houve a instalação de muitas empresas comerciais especializadas na venda de máquinas e de implementos agrícolas, na reposição de peças e consertos, em insumos e fertilizantes e, ainda, algumas empresas ofereciam assistência técnica.

O setor primário regional mudou a posição das atividades tradicionais do setor terciário (comércio e serviços). Incluem-se nas atividades tradicionais do comércio os gêneros alimentícios, comércio ambulante, feiras, mercearias, mercantes, roupas e confecções manufaturadas, sapatarias, ferrarias, casas de secos e molhados, bodegas e outros. As atividades modernas de serviços e comércio, as quais responderam ao processo intenso de transformação da economia nacional, principalmente no perfil do setor agrícola, possibilitaram o surgimento de supermercados, lojas especializadas, shoppings, serviços bancários, etc.

A base de exportação regional, sob o impacto da modernização agropecuária, repassou os impulsos dinâmicos direcionados a outros setores, principalmente ao setor terciário, a partir da metade da década de 1970, ampliando as suas atividades comerciais e de serviços e se implantando em uma escala mais elevada de modernização e especialização, compatível com o adensamento populacional nos grandes centros. A difusão da base de exportação expandiu-se e diversificou-se a partir do final da década de 1970. Como visto, outras atividades apareceram como bases exportadoras.

4 – A FORMAÇÃO E DIFUSÃO DA BASE DE EXPORTAÇÃO PARANAENSE

Conforme exposto nos itens anteriores, a expansão da economia nacional ao longo do território brasileiro deu-se a partir do centro capitalista dinâmico de São Paulo, estimulando e fortalecendo a inserção de novas economias regionais, através da demanda de insumos e de matérias-primas das regiões que vão se inserindo nas transações desse centro dinâmico. No caso, as economias regionais, a partir da década de 1960, fortalecem a sua base de exportação a partir dos estímulos da economia e da conjuntura nacional capitaneadas pelo centro polarizador de São Paulo.

As relações de trocas das economias regionais com o resto da economia brasileira, com o exterior e, principalmente, com o centro polarizador permitiram a venda dos seus produtos para além das suas fronteiras. Com isso entrou um fluxo de renda e poupanças nas economias regionais, renda e poupanças oriundas das trocas e das possibilidades de investimentos, as quais asseguraram um desenvolvimento de novas atividades domésticas, criando novos estímulos tanto às atividades agropecuárias quanto às atividades urbanas (indústria, comércio e serviços). Assim, quando se trata da inserção de regiões ou de mercados locais na dinâmica de centros maiores, entende-se que as relações de trocas fortalecem as economias regionais, que dependem da sua base de exportação para impulsionar o desenvolvimento via o efeito multiplicador na geração de outras atividades locais. Isso implica o perfil da especialização das economias regionais, que adaptam a sua estrutura produtiva, primeiro em função da base de exportação e, em seguida, pelo mercado interno.

Trintin (2005, p. 11) argumenta que algumas regiões lograram algum tipo de desenvolvimento quando da sua inserção com a economia nacional e dentro de um processo de desconcentração das atividades econômicas no país. Desta maneira, “[...] no desenvolvimento de suas forças produtivas, constatou-se que esse desenvolvimento ocorreu de modo seletivo, tanto do ponto de vista espacial quanto setorial, com a agravante de que a inserção econômica de algumas regiões se materializou de modo especializado”.

As mudanças na especialização regional e o fortalecimento de outras atividades via base de exportação não seriam suficientes para reverter a dependência e o atraso do Paraná. A industrialização do Sudeste do Brasil tinha determinado uma divisão de trabalho para todas as regiões periféricas, e que as essas mesmas regiões couberam a tarefa de produzir matérias-primas, alimentos e outros produtos agrícolas, reduzindo assim a possibilidade de economias regionais autônomas. Diferente de Trintin (2005), Padis (1981) aponta que a especialização e mesmo a difusão da base de exportação têm impactos seletivos no espaço paranaense. Assim, a diversificação de algumas regiões paranaenses, em particular o seu crescimento industrial, estaria, de certa, forma inibida. Padis (1981) não nega algumas possibilidades de investimentos e fomentos na indústria paranaense via as instituições, mais especificamente a intervenção do Estado do Paraná, com investimentos na malha de transporte e de energia elétrica, como forma de melhor propagar e fortalecer a base de exportação e impulsionar a divisão social do trabalho em direção às atividades urbano-industriais de forma mais difusa.

Empiricamente, a base de exportação se fortaleceu no Paraná a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a economia do Estado do Paraná se insere definitivamente na economia nacional pelos produtos de exportação, especificamente com o café, a soja, o trigo e o milho. Isto representou uma nova fase no processo de desenvolvimento de novos ramos de atividades locais, ou seja, as atividades de urbanização surgiram com o crescimento de vilas e de cidades.

Na década de 1970, essa base se fortalece, especializando-se mais na soja e no trigo, que são produzidos em boa parte do território paranaense. Ambas absorvem, no trato cultural, uma tecnologia moderna no preparo do terreno, bem como o melhoramento genético. A especialização nessas culturas modernas envolveu um novo padrão de ramos produtivos nas cidades, a montante e a jusante desse processo. As atividades locais foram se fortalecendo com as poupanças, que se espraiaram entre o comércio, os serviços e a indústria.

A Tabela 2 apresenta dados da expansão da produção das principais *commodities* agrícolas do Estado do Paraná, entre 1970 e 1995. Pela Tabela nota-se que houve um aumento, em valores absolutos, de 1.355,69% na produção de soja, que passou de 456.710 toneladas em 1970 para 3.264.946 toneladas em 1975, o que, na época, correspondia a 24,58% da produção nacional. O café, que teve um aumento significativo entre 1970 e 1975, posteriormente reduziu a sua produção em função de fatores climáticos, como a “geada negra”, que dizimou a produção paranaense entre 1975 e 1980, e a queda nos preços do produto no mercado internacional, o que fez muitos produtores abandonarem o seu cultivo. Já o trigo viveu o seu auge entre 1980 a 1985, quando o governo fornecia volumosos subsídios para a sua produção. Após esse período, reduziu-se drasticamente em função do baixo preço e do custo de produção elevado, estimulando a substituição das culturas permanentes pelas temporárias. Observa-se também que, no Paraná, o milho sempre teve grande importância na agricultura, chegando, em 1995, a superar a safra de soja, fato que pode ser explicado pelo fato de os custos da sua produção serem inferiores aos custos da produção da soja e a sua integração com a pecuária, principalmente na avicultura e na suinocultura. A cultura de milho no Estado do Paraná correspondeu a 30,31% da produção nacional no ano de 1995.

Tabela 2 - Produção das principais culturas agrícolas da base de exportação primária do Estado do Paraná em toneladas (1975 – 1995)

Cultura	1970	1975	1980	1985	1995
Algodão	399.123	272.923	452.490	846.682	267.433
Café	116.900	1.195.013	367.914	569.186	109.470
Milho	3.550.555	1.953.470	5.466.967	5.803.713	8.988.166
Soja	456.710	3.264.946	5.400.192	4.413.000	5.694.427
Trigo	268.246	443.600	1.350.276	2.639.225	1.033.689

Fonte: IBGE e Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995).

Pela Tabela 2 se nota que, a partir da década de 1980, o produtor paranaense mudou a sua estrutura de cultivo, safra após safra, apostando em culturas cujo retorno fosse maior, no entanto, com as fronteiras agrícolas praticamente esgotadas no Sul do Brasil na década de 1980, a agricultura passou a expandir as suas atividades através da modernização e da diversificação das culturas. Os agricultores tendem a investir na produção de *commodities* que tenham mercado garantido e sejam mais rentáveis, ou seja, melhores preços e menores custos. Isso gera mudanças nas explorações agrícolas ao longo do tempo, havendo uma seleção de culturas em termos de vantagens comparativas regionais. Com isso, o impacto da modernização diferencia-se.

Além disso, Leão (1989) aponta que a expansão das *commodities* ao longo da fronteira agrícola, exigia a integração do mercado nacional e o local. Isso implica converter em nacionais os gêneros locais (algodão, café, milho, soja e trigo), fomentando a expansão da rede de transporte, e, sobretudo, priorizando os interesses dos produtores e dos beneficiadores dos produtos agropecuários frente aos demais

ramos produtivos. A difusão da base de exportação também é um processo de integração entre as regiões e os seus mercados.

Cano (1981) afirma que a integração dos mercados regionais com os centros compradores só se relaciona quando a região possui uma ou mais bases exportadoras de bens ou serviços, como é o caso do Estado do Paraná. Assim, mesmo tendo a polarização central de produtos e de políticas como é caso de São Paulo, a inserção beneficia todas as regiões produtoras. Para o autor, a integração traz, para as regiões paranaenses, uma oportunidade de alavancar ou de retomar o seu crescimento via exportações para o mercado interno brasileiro e, em alguns casos, para o exterior.

O desenvolvimento da economia paranaense esteve e está ligado à agropecuária de exportações, senão, ao contrário, não existiria excedente para reaplicá-lo em outras atividades agrícolas, de comércio, de serviços e de indústrias. As novas atividades econômicas oriundas da base de exportação não estiveram subordinadas ao centro dinâmico, mas foram internalizadas nas diversas regiões do Estado do Paraná.

Neste contexto, as razões para o dinamismo da economia paranaense na década a partir de 1970, segundo Leão (1989, p. 26-27) e Stamm et al (2007), encontraram-se na agricultura, que, no conjunto do Estado do Paraná, era diversificada, mas especializada no âmbito das regiões, porém, em ambos os casos, dinâmica e moderna. À medida que o processamento dos gêneros ocorre, as atividades de base estendem as suas ligações com a indústria através da venda de insumos, de máquinas, de equipamentos e de implementos.

As regiões que estão geograficamente distantes do centro dinâmico, mas que expandiram e se inseriram na sua lógica de mercado através da sua estrutura produtiva de exportação, participam da desconcentração espacial de um conjunto de atividades econômicas nos seus mercados locais ou regionais. Isto possibilita a formação organizacional de novas bases de exportação no interior, que vai alterando a fisionomia das economias regionais.

Regiões ou territórios que tem dificuldade em se inserir na dinâmica da economia nacional ou mundial tendem a ficar estagnadas, necessitando de um suporte da política pública ou de ações de desenvolvimento local para avançarem (DALLABRIDA et al, 2019; JOYAL, 2019). Para manter e difundir a dinâmica da sua economia, as regiões adaptam-se às mudanças no perfil da base de exportação.

No caso paranaense, a partir dos anos 1970, as Mesorregiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado responderam rapidamente aos estímulos de erradicação do café, introduzindo novas culturas (soja, trigo, milho). Esse processo foi acelerado com a introdução de novas tecnologias, principalmente pelo crédito agrícola, a modernização do campo e as novas infraestruturas de transporte e de comunicação. A agricultura do Paraná é moderna porque, segundo o IPARDES (2006, p. 26), “[...] apresenta também formas de organização da produção mais avançadas, como é o caso das cooperativas. Essas aparecem visando à defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria”.

A base de exportação agropecuária, e mesmo a de beneficiamento, vai se fortalecer, a partir dos anos 1970, com as cooperativas agropecuárias. Esse cooperativismo caracteriza-se pela nova organização de produzir e de comercializar, pela diversificação e pela difusão de atividades agropecuárias e agroindustriais, cuja base de atividades se fazia sobre as culturas de soja e trigo, café, milho, algodão, cana-de-açúcar, entre outros. Todavia, a produção agropecuária era moderna, assentada de base técnica sólida, de infraestrutura, de armazenagem, de insumos modernos, de créditos e de financiamentos (ALVES et al, 2006a; STADUTO et al, 2008; STADUTO et al, 2009).

Assim, a economia paranaense teve o seu crescimento econômico estimulado pela influência da difusão da agropecuária como atividade de base nas economias regionais até 1970. Essa mesma base foi se diversificando e se difundindo nas regiões para outros setores ou para outros ramos de atividades. A difusão e as mudanças na composição da divisão social do trabalho, que impacta internamente na especialização das regiões paranaenses, em especial na base agrária e suas ramificações, foram reforçadas em estudos anteriores, como o de Silva et al (2010), Souza e Alves (2011) e Alves (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da economia paranaense passou a se estruturar a partir da década de 1940, com a exploração da madeira e da erva-mate, além da agricultura de subsistência, com um impacto pouco significativo nas atividades industriais. Nos anos 1960, o Paraná dinamizou a sua estrutura produtiva com uma base econômica calcada em novas atividades agrícolas e pecuárias (café, soja, trigo, gado de corte e de leite, aves, suínos, ovinos, entre outras). Durante a década de 1970, essa base se intensificou e modificou o seu perfil, isso devido também ao estímulo das políticas públicas de desenvolvimento, que fortaleceram a manutenção, o estímulo e a difusão dos excedentes da base agropecuária para outros ramos de atividades urbanas, principalmente a indústria, o comércio e os serviços, gerando novas atividades produtivas entre 1970 e 2000.

Neste contexto, as razões para o dinamismo da economia paranaense na década a partir de 1970 encontravam-se estruturadas na agropecuária, especializada no âmbito das regiões, porém absorvendo tecnologias modernas e gerando excedentes tanto de produtos quanto de mão-de-obra. À medida que o processamento dos gêneros agropecuários ocorre, as atividades de base estendem as suas ligações com a indústria através da venda de insumos, de máquinas, de equipamentos, de implementos e de serviços.

Para manter e difundir a dinâmica da sua economia, as regiões adaptaram-se às mudanças no perfil da base de exportação no âmbito da economia paranaense. Por exemplo, a partir dos anos 1970, as Mesorregiões Norte, Noroeste e Oeste responderam rapidamente aos estímulos de erradicação do café no Paraná, introduzindo novas culturas (soja, trigo, milho). Esse processo foi acelerado com a introdução de novas tecnologias, principalmente pelo crédito agrícola, pela modernização do campo e pelas novas infraestruturas de transporte e de comunicação.

A base de exportação agropecuária, inclusive a de beneficiamento e de transformação, foi fortalecida. Neste sentido, a economia paranaense teve o seu crescimento econômico estimulado pela influência da difusão da agropecuária como atividade de base nas economias regionais até 1970. Essa mesma base foi se diversificando e se difundindo no interior das regiões para outros setores ou ramos de atividades. A difusão e as mudanças na composição da divisão social do trabalho então impactam internamente na especialização das regiões paranaenses.

Em vista do exposto, infere-se que o processo de desenvolvimento regional no Estado do Paraná, à luz da Teoria da Base Econômica, a partir da ampliação e da difusão dos ramos básicos, não foi neutro regionalmente. As atividades básicas industriais foram fortalecidas nas regiões integradas pela rede de transportes. Além disso, as regiões mais diversificadas em termos de ocupação da mão-de-obra foram aquelas em que as atividades básicas tiveram mais impulso nas atividades não-básicas.

Quanto mais dinâmicas as atividades de base nas quais se diversifica a região, quanto mais equitativa e disseminada a capacidade das atividades de base de multiplicar empregos em outros ramos integrados a estas e quanto mais a estrutura produtiva regional amplia a divisão intrarregional do trabalho, maior será a capacidade da economia regional em alavancar os ramos de atividades urbanas. Assim, as regiões dependem dos empregos gerados nas atividades básicas e da sua capacidade de se difundir no espaço geográfico ao longo do tempo com as atividades urbanas (indústrias, serviços, comércio) para fortalecer o desenvolvimento regional. Com isso, o aporte teórico da Teoria da Base Econômica fornece elementos importantes para explicar a dinâmica da economia regional paranaense no século XX. Mas, cabe salientar que ao longo do século XXI outros elementos ligados a tecnificação e as mudanças na economia global vão interferir na dinâmica da base econômica paranaense, como o avanço da inteligência artificial no processo produtivo, as relações econômicas com a Ásia e os conflitos na Europa e Oriente Médio, além do crescimento das cooperativas agroindustriais.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 2, p. 9–29, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i2.28307.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 1, n^o 2, p. 24-46, 2006.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do Século XX. **Análise Econômica**, n. 46, p. 7-25, 2006a.

AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo Estatal e Ideologia desenvolvimentista**, Estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo: Símbolo, 1978.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. **Tese de livre-docência**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; TABASCO, J. J. P.; PULPÓN, Á. R. R. Activando el patrimonio territorial como estrategia de desarrollo de regiones estancadas: el caso del territorio del Contestado. **Informe GEPEC**, v. 23, p. 89–114, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22747.

DINIZ, C. C.; LEMOS M. B. **Dinâmica regional e suas perspectivas de 1990: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, v. 3, 1990.

STAMM, C.; FERRERA DE LIMA, J. ; RIPPEL, R. Notas sobre a formação industrial do Paraná 1920 a 2000. **Revista Publicatio Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas**, v. 1, p. 53-62, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos**

Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em várias datas durante a realização da pesquisa.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, v. 23, p. 191–209, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22753.

LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989.

NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 333-343, 1977.

NORTH, D. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. **Revista Brasileira de Economia**, n. 03, p. 25-38, 1961.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, Curitiba, 1981.

RIPPEL, R. Toledo no Paraná: 75 anos de transformações econômicas e demográficas - 1946 – 2021. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 3, p. 81–101, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i3.29810.

SILVA, C. L. da; ZERBATO, C. C.; DA ROCHA JR, W. F. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Paranaense entre 1996 e 2006. **Informe GEPEC**, v. 14, n. 2, p. 39–59, 2010. DOI: 10.48075/igepec.v14i2.3825.

SOUZA, C. C. G. de; ALVES, L. R. A especialização e a reestruturação produtiva das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil entre 2000 a 2009. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 3, p. 145–161, 2000. DOI: 10.48075/igepec.v15i3.6276.

STADUTO, J. A. R.; BIRCK, L. G.; URIBE-OPAZO, M. A.; GIMENES, R. M. T. A Contribuição econômica da cooperativa agroindustrial lar para o desenvolvimento local. **Informe GEPEC**, v. 12, n. 2, p. 123–138, 2009. DOI: 10.48075/igepec.v12i2.1554.

STADUTO, J. A. R.; FERRERA DE LIMA, J.; MALDANER, I. S.; STAMM, C. Análise locacional das ocupações nas regiões metropolitana e não-metropolitana do Estado do Paraná. **Revista de Economia**, v. 34, p. 117-139, 2008.

TRINTIN, J. G. Transformações recentes na economia paranaense: nem especialização nem risco de fragmentação. In: MAIA, S.; MEDEIROS, N. H. (Org.). **Transformações recentes na economia paranaense**. Recife: UFPE, p. 11-44, 2005.

Recebido em 16/11/2023.

Aceito em 22/02/2024.